

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015. 358 pág.

Luan Silva Carvalho¹

Recebido em: 14.06.2018

Aceito em: 26.06.2018

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.1306268>

44

O livro resenhado resulta da tese de doutoramento do professor Francisco Alcides do Nascimento realizada na Universidade Federal de Pernambuco, concluída em 1999. O autor é atualmente professor titular na Universidade Federal do Piauí e membro do Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI. É ainda, líder do grupo Cidade, Tempo e Espaço do CNPq e suas publicações abordam temas sobre história, memória, cidade, Teresina, rádio e escrita de si.

O livro, dividido em três capítulos, tem por baliza temporal os anos que decorrem de 1937 a 1945 e buscou problematizar o processo de modernização de Teresina, centrando seu olhar no caráter autoritário dessa modernização. Para suas análises, o autor utilizou como fontes relatórios de Interventores, jornais, mapas, fotos, relatos provenientes da metodologia da História Oral, boletins regimentais da polícia, dentre outros.

Os objetos que o autor toma para o tema são os incêndios e a modernização de Teresina no período de 1937 a 1945. Dessa forma, Nascimento elabora perguntas orientadoras de sua tese: esses objetos estiveram correlacionados? Quais as características do discurso de modernização produzido no período? Por que não houve uma reverberação na mídia quanto aos incêndios? E os intelectuais, por que não difundiram suas ideias a respeito do tema? De que forma os governantes construíram a memória sobre o Estado Novo?

Primeiramente, para orientar o leitor à maneira de ver a urbe, pontua que o modelo europeu ocidental serviu de paradigma para os brasileiros, por exemplo, cidades como Paris, Londres e Viena são referências em seu aspecto urbano. O autor

¹ Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas em Extensão Universitária (PIBEU 2017-2018) sob orientação da Profª. Ma. Lêda Rodrigues Vieira. Bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Estadual do Piauí (PIBIC 2016-2017) realizando pesquisa no projeto “Cidade, Memória e Trabalho: experiências, conflitos e relações de poder dos trabalhadores no espaço urbano e do trabalho no Piauí”, sob orientação da Profª. Ma. Lêda Rodrigues Vieira. Membro do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPE-CIMP) sob liderança da Profª. Ma. Lêda Rodrigues Vieira. Email: carvalholuan01@hotmail.com

ressalta que da forma como ocorreu a modernização no Brasil os menos abastados foram empurrados para as periferias das cidades. É o caso do Rio de Janeiro e de São Paulo, e isso não seria diferente em Teresina.

Desta feita, destacamos que o período a ser abordado é o Estado Novo varguista, marcado, dentre outros aspectos, pelo controle dos meios de comunicação. Nascimento mostra que conforme as fontes analisadas, nessa época ocorreram muitos incêndios que atingiram residências da população pobre que morava em casas de palha na cidade de Teresina, na baliza a que se reporta em sua pesquisa, e que haviam poucas notícias a respeito nos jornais da cidade, demonstrando a atuação da censura na imprensa.

Nesse âmbito, é necessário pontuar que um dos aspectos do autoritarismo estadonovista é a aproximação entre o Estado e a elite intelectual. Isso revela uma forma de governo que busca no imagético da população, seja por periódicos, pelo rádio ou mesmo nos discursos patrióticos, representar a boa figura do governo de Getúlio Vargas.

Aliado a isso, fora criado, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) que servia como porta-voz autorizado a expor a imagem do governo, sendo o principal órgão de censura da liberdade de expressão da época. O DIP, por sua vez, tinha o papel de examinador crítico da mídia social, intervindo quando necessário para manter a boa imagem do presidente Vargas e de sua ditadura. Incêndios, crimes e outras formas de subversão à ordem pública não eram bem quistos para serem divulgados à população.

A forma de coerção estatal deu-se ostensivamente pela polícia. Assim, em 1936, o governo central diminuiu o poder dos governadores sobre a polícia, colocando-a como reserva do Exército. Por conseguinte aumentou, também, o equipamento bélico das mesmas e a conjuntura de sua instrumentalidade.

Em seu próximo capítulo, o autor tratou do processo de modernização da cidade de Teresina: a vinda de Getúlio Vargas à capital e a ressignificação do imagético populacional em relação à diminuição do tempo de viagem com o avião; o projeto de uma Teresina com ares de modernidade; o poder simbólico² que as construções na urbe emitiam; e a arquitetura da urbe. Com isso, Alcides Nascimento retratou a cidade em suas sensibilidades e seus entendimentos.

O processo de surgimento de Teresina, segunda capital do Piauí, no século XIX, deu-se entre dois rios, Parnaíba e Poti, com ruas em formato xadrez, retas e alinhadas, e pouca população. Nesta época, em Teresina, não havia ainda uma divisão bem definida entre campo e cidade, sendo grande parte de seus habitantes pessoas de classes menos abastadas. A presença de animais nas ruas era comum, e a maioria da população vivia em casas “miseráveis”.

A cidade fora designada para ser a capital do estado, mas apesar de ter sido planejada, não apresentava aspectos urbanos. Alcides do Nascimento trata do processo de entrada da modernidade na capital com o advento do Estado novo. Para isso, aponta que a chegada da modernidade significou a ruptura com o passado e discute as mudanças ocorridas na cidade.

² Conceito abordado por Pierre Bourdieu.

Debatendo sobre a urbanização de Teresina no período do Estado Novo, é posto em cena o poder simbólico que as praças e avenidas trouxeram à capital. São discutidas as ruas calçadas, as belas praças que serviam como logradouros para, principalmente, a população que morava no eixo central da cidade. No entanto, observa-se que aperfeiçoamentos que a cidade recebia serviam para reforçar o ideário de ordenamento estadonovista.

Posteriormente, é problematizada a questão dos prédios, que trariam o tom de “beleza” para a cidade. O Hospital Getúlio Vargas, por exemplo, era considerado um hospital “monumental”, uma “obra de apreciável proporção” em relação aos que existiam na região. Repleta de simbolismos, as formas das arquiteturas dos lugares remetiam, também, ao Presidente: Avenida Getúlio Vargas e Hospital Getúlio Vargas são, todavia, lugares de memória³.

Por conseguinte, Nascimento explanou o processo de melhoria nas formas de locomoção e de que maneira são inseridas na cidade; as formas as quais os teresineneses tinham não só de prover contato viajando para outras regiões, mas também de manter o comércio com pontos estratégicos do estado, pelo menos era o que tentava-se. A ferrovia, por exemplo, só conseguiu ter o plano inicial, o de ligar Amarração (atual Luís Correia) com Teresina, concluído em 1969. São debatidos, também, os problemas referentes aos ônibus, com suas inviabilidades por conta dos custos; os bondes; e o “alvorço” com a chegada do avião, um grande marco da modernidade na cidade, assim como a ferrovia e o Hospital Getúlio Vargas.

46

Prosseguindo em seu terceiro capítulo, logo no primeiro parágrafo, Nascimento narrou as permanências da história quando afirma que em Teresina, nos anos de 1990, ainda eram significativas a quantidade de casas de palha na cidade. O autor mostra o processo de expansão das casas de palha na capital do estado, e a forma como as autoridades do município se preocuparam, em relação aos incêndios, mais com as casas localizadas na zona urbana às situadas na periferia.

Para o autor, ocorreu em Teresina um processo de afastamento das camadas populares para a periferia, tendo por base, a análise do Código de Posturas (1939) que proibia as construções de residências com um só pavimento na zona urbana, contrastando com a permissão dessa forma de moradia para a zona rural. Esta proibição, segundo Alcides Nascimento, está relacionada com o discurso de modernização da cidade, visando afastar as casas consideradas, por alguns, como “feias” e que manchavam a cidade de Teresina.

Os pobres que eram acometidos pelos incêndios, geralmente, perdiam todos os seus pertences. Os mesmos, ou iam afastando-se cada vez mais para as zonas periféricas ou acabavam por deixar a capital. O medo era constante diante de tantos boatos espalhados durante o período e, para melhor controle da situação, a polícia proibiu qualquer tipo de boato sobre os incêndios.

Os discursos proferidos sobre esses incêndios no decorrer da década de 1930, afirmavam que se dava pelos descuidos dos habitantes, mas a partir dos anos de 1940, já é mencionado a ação criminosa. A ação policial contra os presos acusados de serem incendiários é relatada que deu-se por meio de torturas, com espancamentos, intrigantes mortes e omissões quanto a desvelar a sua causalidade.

³ Segundo Pierre Nora.

Na medida em que os incêndios aumentavam e o governo não conseguia dar uma resposta satisfatória à população, decorrente da falta de provas, o problema ganhou o nível de questão de segurança nacional. Na época das eleições, na redemocratização, cada partido político acusava o outro de ser o autor dos incêndios. Isto torna-se um jogo político entre os partidos.

Para acabar com os incêndios e tranquilizar a população e as autoridades municipais e estaduais, foram apontadas a substituição de tetos de palha para cobertura de telhas. Nascimento relata que o governo federal disponibilizou a liberação de verbas públicas para a construção de moradias populares para várias cidades do Piauí, entretanto, este auxílio não condiz com a memória coletiva de quem presenciou os incêndios.

Por fim, essa proposta constituiu-se com muitas notícias na mídia, mas pouco avanço no setor da construção. Alcides Nascimento, como já fora dito, baseando-se nas análises de suas fontes, afirma que os incêndios tiveram papel relevante no processo de limpeza das áreas próximas do centro, afastando a comunidade menos abastada para a periferia, ou mesmo para fora do estado. O autor consegue explicar sua problematização com clareza e com exemplar apreciação das fontes. Desse modo, analisando vários segmentos sociais, aponta como os incêndios incutiram na memória coletiva as aflições e tensões de quem viveu determinado período.